

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

Saudação a Adriano Moreira

PEDRO SOARES MARTÍNEZ[†]

O magistral elogio histórico de Pedro Góis Pitta, que acabámos de ouvir, avivou-me, naturalmente, muito gratas e saudosas memórias do convívio que com ele tive. Nesta mesma Casa, na Ordem dos Advogados, na sua conservatória do Registo Predial, e também na contemplação do lindo roseiral onde cuidava, com esmeros de requintado coleccionador e de bom gosto, as mais variadas e raras espécies, num belo jardim dos arredores de Lisboa. E porque cedo ganhei o hábito de só esconder aquilo que não me pertence em exclusivo, espero que os doutíssimos Confrades me perdoem cair na tentação de aproveitar este ensejo para, junto deles, e dos muito ilustres convidados da nossa Academia, recordar agora alguns traços da personalidade e do perfil académico de Pedro Pitta, tal como o vi, tal como o conheci, tal como o interpretei, sem pretender acrescentar, seja o que for, acerca dos seus muitos méritos científicos e da sua obra, bem conhecidos e agora, há momentos, oportunamente lembrados através do seu elogio académico. Tudo procurarei situar ao nível das minhas próprias vivências pessoais, reservando algum relevo para quanto respeita, mais de perto, a esta Academia das Ciências de Lisboa.

Era Pedro Pitta um dos mais representativos elementos da sua geração coimbrã, dos seus ideais de Justiça e de Liberdade, sem quebra de segurança, nem esquecimento dos valores e das regras fundamentais que têm regido a civilização ocidental, possivelmente já trazidos da Ásia e das ruínas de Tróia, que os Gregos terão carregado nas naus, de mistura com o ouro e Eneias, no cumprimento do seu destino, embora na saudade das ternuras de Dido, terá comunicado à gente do Lácio, através de muitos tormentos, porquanto, conforme a evocação virgiliana, “*tantae molis erat romanam condere gentem*”. Dessa mesma herança, recebida com amor e respeito, por um homem de bem, impregnado do ecumenismo português, resultariam aspectos da personalidade de Pedro Pitta, cuja objectividade, cuja compreensão dos outros, cujo

bom senso, o tornaram apeteçido companheiro de tertúlias e respeitado conselheiro de doudas assembleias. Pelo seu saber, sem dúvida, mas talvez mais ainda pela sua extrema sensibilidade. Para aquele ilustre jurista, a destrinça entre o justo e o injusto afluava-lhe, com nitidez, ao espírito, antes da consulta dos códigos, por lhe estar gravada na mente e no coração.

Meão de estatura, de olhar cintilante, de palavra pronta, bem nítida, ainda que levemente cava, afável e irradiando simpatia, mas sempre frontal, Pedro Pitta aceitou responsabilidades de Governo, em tempo de dificuldades extremas, sem dessa aceitação colher benefícios, para além das amizades que cimentou, em torno da mesa dos conselhos ministeriais. Entre elas, a de Júlio Dantas. E, na imutável fidelidade aos princípios de sempre se conservou, sendo disso também exemplo de muito relevo. Refugiu-se no muito amor da família, na actividade profissional e na dedicação a esta Academia, onde ingressou em 1924. Com extremos de tenacidade, de sacrifício e de amor à vida. Da sua coragem, física e moral, deu sempre provas, até em face dos graves incómodos de saúde que o afligiram ainda em plena juventude.

A inteira recuperação lhe terá renovado as energias, o dinamismo, a extrema vivacidade, que muito contribuíram para os excelentes serviços prestados por Pedro Pitta à Academia das Ciências de Lisboa. Através das suas comunicações, por certo, mas, talvez sobretudo, através das suas intervenções, das suas críticas, sempre acaloradas, às vezes duras, mas sem a menor quebra do respeito próprio, nem do respeito alheio. Nas suas mesmas conversas de ante-câmaras e de corredores, Pedro Pitta contribuiu muito para manter nesta Academia os usos e o trato que, mais tarde, levariam o nosso também saudoso confrade e amigo Pinto Barbosa a dizer, numa das suas ajustadas sínteses, que esta Casa era um refúgio de bom viver. E, no seu gosto pelo espírito fraternal entre académicos, também Pedro Pitta, não obstante a sua constante e inteira fidelidade ao regime parlamentar e ao sufrágio universal, defendeu sempre que, nesta Academia ou, pelo menos, quanto aos ingressos e quanto à passagem de categorias de sócios, o consenso se preferisse à votação. Para que não houvesse vencedores e vencidos, nem se formassem facções, que haviam de dificultar, ou até impossibilitar, o cumprimento da missão da Academia, cujos ingressos e mudanças de situação haviam de ser alheios a influências, interesses e simpatias, apenas dependendo de

criteriosos pressupostos de capacidade e de fundadas expectativas de dedicação ao serviço académico, abominava Pedro Pitta todas as formas de corrupção, abrangendo, sob este termo, todos e quaisquer desvios das finalidades próprias das instituições. E, nesse sentido, com frequência repetia, em termos enérgicos, mas de bondosa benevolência, que, com ele, a corrupção não entraria na Academia das Ciências de Lisboa. Em Pedro Pitta concorria também a virtude de não confundir, nem uniformizar, as circunstâncias e as soluções.

Na base do referido princípio do consenso, Pedro Pitta travou prontamente um projecto esboçado no sentido de fazer ingressar na Academia das Ciências de Lisboa António de Oliveira Salazar, ao tempo presidente do Conselho de Ministros. E fê-lo, em plena objectividade, no entendimento de que a independência e o prestígio da Academia a têm de apartar de reais ou aparentes dependências políticas. Passados anos, Salazar, em conversa com Paulo Cunha, a meio de um despacho ministerial, ter-lhe-á dito: “Fez o seu sogro bem. Eu teria feito o mesmo”.

Naquele tempo, o tempo de Pedro Pitta, e também ainda o da minha entrada nesta Casa, o alto nível dos trabalhos da Academia das Ciências de Lisboa era bem conhecido, *pari passu*, por todo o país. Porque era constantemente assinalado pela imprensa, que, com regularidade semanal, dava conta das sessões académicas e registava, com muito relevo, geralmente nas primeiras páginas, os ingressos de novos académicos correspondentes, que era, e deverá continuar a ser, o grau de reconhecimento dos méritos científicos, os quais não têm de ser de novo aferidos para efeito da escolha para sócio efectivo, a qual dependerá de outras condições. Aqueles ingressos costumavam ser espaçados no tempo, não se apressando os preenchimentos das vagas ocorridas, para que não faltassem quando mais se impusesse preenchê-las. As sessões solenes da Academia das Ciências de Lisboa eram acontecimentos do maior relevo cultural, científico e até social, suscitando largos relatos, inclusivamente fotográficos, aos diários como aos semanários. Já se tem atribuído a publicidade então merecida por esta Academia ao facto de Augusto de Castro, primoroso homem de letras e jornalista, após os seus devaneios diplomáticos, ser director de o *Diário de Notícias*; mas importará sublinhar que não era apenas esse jornal que dava o maior relevo à Academia.

Eram todos os diários e semanários, sem que me recorde de exceções. E refiro-me agora ao caso por lembrar-me também de que Pedro Pitta atribuía a maior importância a esse reconhecimento da parte dos órgãos de comunicação social, porque, segundo ele, o País tinha o direito e o dever de acompanhar a forma pela qual esta Academia cumpria. E como usava os bens que, para esse cumprimento, a Coroa lhe concedera e as verbas que o Erário da República lhe atribuía para sua sustentação. Porque também Pedro Pitta era escrupuloso em extremo no cômputo do “dever” e do “haver”.

Há muita ternura nas minhas largas recordações de Pedro Pitta, mas porque não poderei, em termos de razoabilidade, alongar-me agora aqui, mais ainda, através delas, procurarei condensar em poucas palavras o muito que queria dizer. Pedro Pitta, na lógica do seu republicanismo rejeitando, com a maior vivacidade, a atribuição de quaisquer insígnias heráldicas aos “Pittas” da sua Madeira natal, amando intensamente a vida e os seus proveitos, mas fiel aos imperativos da honra e à vocação de bem servir, tinha a preocupação de, por onde passava, dar mais do que tivesse recebido. Era, pois, um verdadeiro aristocrata, que, como Ortega y Gasset, talvez apenas aborrecesse as falsas monarquias e as falsas aristocracias.

Cabe-me, agora sim, em cumprimento de mandato da Academia, saudar o Eminentíssimo Confrade Senhor Adriano José Alves Moreira. E faço-o começando por exhibir credenciais bastantes, que me acreditem junto de VV. Ex.^{as}. no cumprimento da minha missão. Quando ingressei, ou assentei praça, conforme costume dizer, na Faculdade de Direito de Lisboa, fui caloiro do Adriano Moreira. Que mais autorizadas credenciais poderia agora exhibir? Apenas, à guisa de acrescentamento, dessas minhas credenciais, direi ainda que tenho mantido sempre, em relação a Adriano Moreira, através dos anos — nem digo quantos para manter a ilusão de que sejam menos —, os sentimentos de admiração e de respeito que então lhe votei. Na Universidade de Lisboa, os caloiros de então, sem nos sujeitarmos às humilhações das antigas praxes universitárias, ultimamente renovadas em jeito dispendioso de calão afadistado, sabíamos ser admirativos e respeitosos, sobretudo em relação aos veteranos que já tinham dado provas de capacidade e de aplicação. Era o caso do Adriano Moreira, assinalado como exemplo a seguir aos caloiros amedrontados, no receio trágico de nem sequer passarem para o

2.º ano, ou de ficarem bacharéis e não terem emprego. Já naquele tempo, não obstante os rigores das provas universitárias, se vivia sob a ameaça do desemprego dos ditos intelectuais, ou, pelo menos, dos diplomados, designados por doutores na gíria popular.

Conheci Adriano Moreira, no Campo de Santana, na pobreza material e na grandeza de espírito daquela nossa escola comum, a Faculdade de Direito de Lisboa, e quando me debruço sobre mim próprio, sobre o decurso do meu viver, tenho quase sempre dificuldade em não fixar alguns lanços da vida dele que se entrelaçam aos meus. Sem prejuízo de desvios ocasionais, e mesmo alheios a um fundo cultural comum. Nascemos ambos sob a 1.^a República, ambos, na adolescência, contemplámos os mapas, afixados nos mais diversos lugares públicos, onde os contornos de Angola, de Moçambique e de outros domínios menores, espalmados sobre a Europa, alcançavam as partes ocidentais da Rússia e permitiam a afirmação de que Portugal não era um país pequeno. Sobre eles meditámos E, chegados à Faculdade, tivemos os mesmos mestres, com uma excepção apenas, segundo bem me recordo; e recebemos o espírito institucional daquela escola, onde, ainda no rasto dos fundadores, de 1913, Rocha Saraiva, sempre avaro do seu muito talento, era acarinhado por todos, sem excepção dos monárquicos saudosistas nem dos legitimistas revigorados pelo integralismo. Preciosas lições ali recebemos, que em muito transcenderam a estrutura das leis, na justa admiração da alta craveira dos mestres, que nos iniciaram na luta permanente pela Justiça e pela sobreposição do que é direito, imposto pela natureza, ou pelo longo trato, ao que é torto, mesmo quando assente em generosos, mas fantasiosos, planos de transformar as cidades dos homens em idílicas moradas dos deuses. Para melhor entendimento do que fosse o Direito, e após a apreensão do respectivo conceito, passado o escolho do 1.º ano, aprendemos com Ruy Ulrich, alto espírito, membro muito ilustre desta Academia, por vezes mal compreendido, que o conhecimento económico não assenta em sistemas de vasos comunicantes, porque tem por objecto o próprio homem, os seus interesses e os seus dramas, enquanto debruçado sobre os bens que ambiciona para satisfação das suas necessidades. E toda a nossa formação de escolares de leis foi humanista, na tradição clássica, amplamente recebida pelos escolásticos, pelo seu trivium e pelo seu quadrivium, sem ter de esperar o suposto

renascimento do humanismo, visionado pelo século XIX. Aqueles que, durante os cinco anos do curso, tínhamos meditado um pouco sobre as “sebentas” do Campo de Santana, estávamos preparados para as carreiras que se nos deparavam, mais pelo espírito crítico que à Universidade cumpre desenvolver do que pelo saber acumulado de tudo quanto os legisladores podem remover sem risco para o equilíbrio das repúblicas. Os talentos de Adriano Moreira, especialmente atraído para os estudos de administração ultramarina e de Direito Penal, já tinham sido largamente assinalados por Marcello Caetano e por Cavaleiro Ferreira. Estava bem vocacionado para o ensino na Escola Superior Colonial, depois transformada em Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde, com o maior brilho, decorreu a maior parte do seu ensino, e donde foi chamado às funções de Subsecretário da Administração Ultramarina e de Ministro do Ultramar.

Lançado também na carreira forense, Adriano Moreira fez o seu estágio para a advocacia com o meu saudoso Amigo Fernando Abranches Ferrão, que era socialista e requintado, tanto no permanente apuramento do trajar como no bom gosto do seu domicílio, e cujo escritório se achava numa sobreloja da Rua do Crucifixo, por mim bastante frequentada, porque lá estava também a redacção do Jornal do Foro, do qual Ferrão era director e eu membro do respectivo conselho redactorial. Mas não ficaram por aí as linhas tangenciais das nossas carreiras forenses e universitárias. Depois de inscrito como advogado, teve Adriano Moreira escritório num andar do n.º 17 do Largo da Academia Nacional de Belas Artes, então designado por Largo da Biblioteca Pública, onde também me instalei, e ainda me conservo, noutra andar daquele mesmo prédio.

Em Julho de 1947, o meu muito querido, muito saudoso, colega de curso Rui Medina e eu, fomos convidados, logo após as nossas formaturas, para assistentes da Faculdade. Soubemos então, pelos respectivos proponentes, Paulo Cunha e Armindo Monteiro, que o projecto de recrutamento de docentes, no qual tínhamos sido incluídos, abrangeria também Adriano Moreira, Sidónio Rito, Carmindo Ferreira e, eventualmente, José Saraiva, se ele não preferisse seguir para Montpellier, a fim de lá se doutorar em História do Direito. Entretanto, porém, passadas as férias escolares, em Outubro, a Faculdade deparou com dificuldades relativamente ao seu projecto de contratação

de docentes. E todos os visados seguimos, ou retomámos, outros rumos; mas foi esse um momento em que o destino se encaminhou no sentido de me aproximar de Adriano Moreira pela comum docência na nossa Faculdade. Passados anos, em 1962, já sendo ambos professores de largas folhas curriculares, embora de escolas diversas, participámos de um render de guarda governamental. Adriano Moreira deixou então o Ministério do Ultramar e eu ingressei no da Saúde e Assistência. Não fora longa a permanência dele no Governo; a minha ainda seria mais breve. Seguiu-se uma fase, de grandes riscos para a continuidade portuguesa, durante a qual mais me aproximei de Adriano Moreira, esforçando-me, tanto quanto me foi possível, no sentido de dissipar algumas incompreensões junto de amigos meus, em ordem a assegurar a necessária unidade, que parecia comprometida e para a qual me parecia indispensável a estreita colaboração de Adriano Moreira. Nem sempre fui bem-sucedido. Com Adriano Moreira me encontrei ainda, em plena revolução de 74 e em comunidade de apreensões, reavivadas, depois, no seu exílio do Rio de Janeiro. Mais tarde, no regresso de ambos a Portugal, não havendo disponíveis regências da minha especialidade na Universidade Livre, o Henrique Martins de Carvalho, amigo também recordado com muita saudade, e Adriano Moreira convenceram-me da capacidade para reger a disciplina de História Diplomática. E aí nasceu o meu atrevido gosto por tal matéria, que nem o regresso às cátedras de Economia e de Direito Financeiro conseguiu apagar. Com Adriano Moreira me cruzei, de novo, quando tive o gosto de participar nos trabalhos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em solenes concursos para a docência como em cursos de mestrado. Depois, depois, agora, as salas e os corredores deste Convento de Jesus, esta magnífica biblioteca, a lembrança de quantos por aqui passaram, com gosto não alheado da vontade de concorrer para a prossecução do bem comum nacional, têm-me parecido corresponder ao ambiente mais propício a um grato reencontro com Adriano Moreira.

Afinal, tenho-me limitado a reunir elementos para fundamentar a inteira consciência de uma saudação que, sendo da Academia, cabe ao respectivo mandatário, o qual não quereria deixar de imprimir-lhe um muito sentido cunho pessoal, justificado, segundo me parece, por quanto acabo de dizer. E nem se estranhará que omita um longo rol de méritos que concorrem na

personalidade de Adriano Moreira e da alta valia da sua obra, de professor, de jurista, de pensador e de político. Por tal não caber no traçado tradicional das saudações académicas e porque tais méritos e tal obra são bem conhecidos de todos os presentes, conservando-se com clareza a sua lembrança na sensibilidade de muitos, entre os quais me incluo. As saudações académicas, quando não se circunscrevem a formalidades, hão-de traduzir apenas a confiança depositada nos serviços futuros esperados dos novos académicos efectivos, ao tomarem posse das cadeiras que lhes foram atribuídas.

E eu confio, confio em que os muitos talentos de Adriano Moreira lhe permitirão contribuir amplamente para que, através das dificuldades dos tempos, as muitas virtudes desta Academia, e, entre todas, a sua liberdade e a sua independência, se não percam na voragem de forças, tão incertas pela origem como pelo destino. A independência sempre tem constituído, através de todos os tempos e das suas agruras, o mais valioso elemento do património das Academias. O prestígio da Academia Francesa nasceu, logo com a sua fundação, pela resistência ao todo-poderoso Cardeal de Richelieu. E, ainda nos anos 30 do século xx, quando Estaline pretendia reconhecer na trágica depressão económica, nascida em Wall Street, o acerto das previsões de Marx, foi da Academia das Ciências Soviética que partiu, pela investigação de Nicolau Kondratieff, e das suas “ondas largas”, a mais consistente negação científica de tal entendimento, quarenta anos mais tarde retomada em Lovaina por Léon Dupriez, em páginas de flagrante actualidade, que parece andarem esquecidas, mas conviria não esquecer. Aquela Academia soviética, anos mais tarde, pela mão de Vladimir Potiemkine e outros, publicou um extenso e denso tratado de História Diplomática que, embora através de algumas cautelas e de alguns silêncios — nem sei se impostos pelo regime político ou pelo nacionalismo russo — muito esclarece acerca de pontos fundamentais nem sequer aflorados em países que blasonam de amplas liberdades, mas onde, por vezes, a censura ostensiva parece suplantada por formas mais discretas e mais eficazes. As Academias, as Academias propriamente ditas, com manifesto afastamento de todos os abusos de designação que têm sido permitidos, impõem-se e prestigiam-se, na continuidade da sua grandeza pelos serviços prestados às nações, afirmando a sua inteira independência do poder político e dos poderes económicos, assim como a rejeição

do culto das vulgarizações de baixa cultura e de baixo coturno. Porque as mudanças abastardadas de face nem sequer asseguram a sobrevivência das instituições. Por isso, as nações sábias trataram de dotar as Academias, de juro e herdade, com meios económicos bastantes, sem dependência de renovações e de revisões, que sempre hão-de ostentar a marca da subordinação. Para que as Academias continuassem a ser o que eram, na integralidade das suas missões. Bem sei que sustentar essa integralidade não constitui tarefa fácil quando nos achamos em face de uma ignorância generalizada acerca do que sejam as Academias. E Adriano Moreira também o sabe. A luta pelo Direito nunca foi fácil. A luta pela Verdade também não. Mas será que o destino e a previsão dele hão-de conformar-se com a aceitação da mediocridade das tarefas fáceis?

Eminente Confrade Senhor Adriano José Alves Moreira: Em nome da Academia das Ciências de Lisboa, mas muito a meu gosto pessoal, saúdo Vossa Excelência nesta sessão em que lhe é conferida a posse da cadeira académica n.º 22, que foi de António Feliciano de Castilho, de Tomás Ribeiro, de Hinze Ribeiro, de Artur Montenegro e de Pedro Góis Pitta, na certeza de que novas honras e sucessos serão agora acrescidos aos muitos que os seus antecessores dignamente alcançaram, por amor do saber, por amor da verdade, e por amor ao serviço dedicado a esta Academia das Ciências de Lisboa, que das qualidades de Vossa Excelência espera novas contribuições para melhor ainda saber servir e saber cumprir.

(SAUDAÇÃO AO RECIPIENDÁRIO PROFERIDA NA SESSÃO PLENÁRIA PÚBLICA
DE 29 JANEIRO DE 2015)